



RESENHA

DIFERENTES, NÃO DESIGUAIS: A QUESTÃO DE GÊNERO NA ESCOLA

Marcelo Limão Gonçalves¹

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016. 142 p.

RESUMO

Apresenta-se a resenha do livro “Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola”, de Beatriz Accioly Lins, Michele Escoura e Bernardo Fonseca Machado, lançado pela editora Reviravolta em 2016. Além de lançar luz às ideias e conceitos principais de cada capítulo, esta resenha inclui como objetivo despertar o desejo da leitura completa da obra nas pessoas que, de maneira direta ou indireta, estão envolvidas no processo de transformação da sociedade a partir da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gênero. Diversidade sexual. Discriminação. Família

¹ Bacharel em Sociologia e Política (FESPSP). Graduando em Psicologia (UNIP). Especializando em Adolescência para Equipe Multiprofissional (UNIFESP). E-mail: marcelo.limao@unifesp.br.

**RESENHA**

“Diferentes, não desiguais” desvela como a noção de gênero é central na construção de uma sociedade justa e democrática, e atinge seus objetivos por meio de um texto sensível e acessível, sem abrir mão de fundamentações teóricas e epistemológicas. Nesta trajetória, as autoras e o autor, com graduação em ciências sociais e cursando doutorado no ano de publicação, convidam para o diálogo pensadoras e pensadores tais como Margaret Mead, Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Judith Butler, Lilia Moritz Schwarcz e Guacira Lopes Louro, para citar apenas alguns nomes.

Acompanhando a dinâmica das narrativas que têm buscado explicar a origem e o histórico das diferenças entre “homem e mulher”, entre “masculino e feminino”, ou entre “biológico e cultural”, o livro oferece uma contribuição valiosa quando propõe discutir tais construtos no ambiente escolar, importante espaço de socialização secundária e de reflexão crítica. A introdução destaca a ideia de que tudo na vida é organizado por questões de gênero, compreendido como “um dispositivo cultural, construído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 10).

É desta forma que os estereótipos de gênero, operando na sociedade, criam expectativas de como devemos nos comportar, pensar, agir e sentir, não apenas em relação aos outros, mas também sobre nós mesmos. Como resultado, as normas de gênero reduzem nossas possibilidades a uma opção binária e extremamente simplificada do potencial humano, originando todo tipo de exclusão, violência e vulnerabilidade para as pessoas que apresentam variações da norma, do padrão.

O principal objetivo da obra, dividida em oito capítulos, é oferecer caminhos para que a escola não seja um espaço restritivo e excludente. Ao contrário, busca assegurar que a escola seja um espaço genuíno de inclusão e transformação, pois somente assim as desigualdades serão mitigadas. Para além da problematização, o livro apresenta um glossário de termos e conceitos, bem como um precioso apêndice contendo sugestões de práticas e intervenções para ser realizadas dentro da sala de aula, mas também fora dela, pensando nas pessoas envolvidas em gestão ou equipe técnica. O conteúdo acrescenta ainda indicações comentadas de audiovisuais e materiais de leitura.

O título do primeiro capítulo, “Entre o azul e o cor-de-rosa: normas de gênero”, busca ilustrar a noção na nossa cultura de que cada gênero tem sua cor definidora, e assim demonstra como a sociedade segrega, cria divisões e, por consequência, desigualdades. O texto não faz referência, mas a própria ideia de cor azul para meninos e rosa para as meninas são construções sociais muito recentes, de meados do século XX. Antes disso, as crianças não tinham cores associadas ao gênero. Mais baratas e convenientes, crianças usavam roupas sem qualquer pigmentação (PAOLETTI, 2012).

As normas de gênero, que são construções sociais, baseiam-se equivocadamente nas diferenças biológicas de corpos femininos e masculinos, relacionando-os a comportamentos ditos de mulheres e de homens, ou de meninas e de meninos. Este expediente não contempla variações de comportamento dentro do mesmo gênero e, quando exceções ocorrem, são percebidas como inadequadas. O resultado é uma sociedade que inclui as pessoas que correspondem ao padrão e exclui todas as demais, gerando uma “desigualdade de gênero”, ou seja, relações de poder que estabelece hierarquias e privilégios para uns e exclusão social para outros. “Diferentes, não desiguais” ressalta que a escola não pode ser um lugar de reprodução de desigualdades, ou seja, as diferenças entre as pessoas não podem ser transformadas em critérios de inclusão/exclusão.

O capítulo dois tem como principal contribuição apresentar como o conceito de “gênero” foi sendo construído no interior da teoria social, impulsionado pelos movimentos feministas a partir dos anos 1960 e incluído nos estudos acadêmicos que buscavam compreender a origem da desigualdade entre homens e mulheres, nos anos 1970. A popularização do termo só vai ocorrer nos anos 1990, afastando-se definitivamente das explicações biológicas.

Contribuindo para a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres são produto da cultura, possuem características próprias de cada região e varia ao longo do tempo histórico, o capítulo cita os estudos da antropóloga estadunidense Margaret Mead, que comparou como três diferentes sociedades da região da Nova Guiné criavam



as crianças. Assim revelou que, em diferentes contextos, homens e mulheres desempenhavam diferentes papéis na criação das filhas e filhos, sem que a biologia determinasse padrões. Outro aspecto apresentado nesta seção trata da importante interseccionalidade entre gênero e raça, destacando o movimento das mulheres negras.

As conquistas das mulheres desde a virada do século XIX para o XX, tais como o voto, propriedade, representação política, assim como a ampliação do acesso à saúde, educação e políticas públicas, são os conteúdos que compõem o capítulo três. Apesar dos avanços nas leis que defendem a igualdade entre mulheres e homens, Lins, Machado e Escoura (2016) demonstram com dados estatísticos que ainda há muitos obstáculos, a exemplo das discrepâncias profissionais salariais, a dupla jornada feminina, a violência doméstica e sexual, além das dificuldades de acesso aos métodos contraceptivos e a baixa participação das mulheres na política.

O quarto capítulo desenvolve o conceito de violência de gênero, apontando a íntima ligação entre violência e poder, ou seja, a imposição da vontade de uma pessoa ou grupo contra a vontade de outro. Neste sentido, não apenas as mulheres estariam vulneráveis em relação aos homens, mas também se encontra em desvantagem qualquer pessoa que coloque em xeque os estereótipos de gênero, como é comum na população LGBT². O texto reforça a importância do espaço escolar como promotor de igualdade, alertando que a escola precisa ser um agente de construção de modelos mais justos, democráticos e compatíveis com a diversidade humana.

As categorias de sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero são discutidas no quinto capítulo. O texto ressalta que não existe uma relação direta entre elas. Nascer com uma genitália masculina não determina que a pessoa tenha atração afetiva-sexual por pessoas com genitália feminina, nem mesmo que se identifique como homem. Ocorre que tais variações, humanas e perfeitamente naturais, tencionam as normas de gênero a ponto de operar toda sorte de violência e exclusão. Dessa forma, Lins, Machado e Escoura (2016) ressaltam que o Brasil é o país recordista em violência contra a população LGBT, sendo de extrema importância que, primeiro na família, depois na escola, o exercício de acolhimento à diversidade sexual e de gênero precisa ser vigilante e contínuo.

Dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) apontam que, no caso de crianças e adolescentes transgênero, a idade média da expulsão de casa é apenas 13 anos. Sem suporte familiar e com enorme evasão escolar, estima-se que 90% das mulheres transexuais tem a prostituição como principal fonte de renda (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Uma vez que o espaço escolar também discrimina, o capítulo é muito assertivo ao propor medidas de intervenção, entre elas a formação continuada de professoras/es, gestoras/es, equipes técnicas e de suporte sobre diversidade sexual e de gênero. Também deve coibir quaisquer tipos de piadas, chacotas, fofocas, acusações ou constrangimentos dessa população. Mais especificamente quanto às pessoas transgêneros/transexuais/travestis e suas especificidades, medidas tais como o livre acesso ao banheiro do gênero que a pessoa se identifique, o uso do nome social e as possibilidades de expressar seu gênero por meio dos esportes são algumas possibilidades.

O sexto capítulo, “o que a família tem a ver com isso?”, explora as ligações entre a instituição familiar e a escola, destacando a importância da relação da primeira na segunda. Ao falar em estrutura familiar estamos falando também de normas de gênero, ou ainda sobre como as relações entre homens e mulheres se dão dentro da organização familiar. Com isso, desconstrói-se a noção de família nuclear ou tradicional, modelo em que o pai provedor trabalha fora para o sustendo do lar e a mãe cuida da casa e das crianças. Dados do IBGE dão conta de que “o percentual de famílias chefiadas por mulheres no país passou de 22,2% para 37,3%, entre 2000 e 2010” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 83).

Avaliar as famílias a partir do modelo tradicional, ultrapassado pelas evidências estatísticas conforme citado no parágrafo anterior, facilita todo tipo de preconceito e discriminação. Um termo pejorativo muito utilizado para descrever famílias com arranjos diversos é “família desestruturada”. Pode ser um neto criado pela avó, uma filha criada pela mãe solo, ou ainda filhas e filhos de uniões homoafetivas. Ao justificar dificuldades no desempenho escolar a partir da noção da falta de “estrutura familiar”, ignorando fatores como recursos necessários para moradia,

² Embora o livro utilize apenas as letras LGBT, a sigla completa em uso é LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexual e Pansexual). O símbolo “+” representa todas as demais identidades sexuais ou de gênero possíveis.



segurança, transporte, dificuldades em alimentação ou vestuário, corre-se o risco de colaborar com esse sistema de produção de desigualdades.

Outros marcadores sociais estão envolvidos na hierarquização da sociedade e na distribuição desigual de oportunidades, e são chamados de “outras diferenças” no sétimo capítulo. Assim como o gênero, características tais como classe social, cor/raça, região de origem ou moradia, geração, orientação sexual e identidade de gênero dividem nossa sociedade. É muito cruel e perverso existir dentro de um sistema em que as diferenças “implicam acessos desiguais a direitos e oportunidades, como educação, renda, segurança, moradia, trabalho, saúde, terra, direitos sexuais e outros” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 91).

Nas “últimas considerações”, título do oitavo e último capítulo, a ideia da educação como um valor central é retomada, desafiando educadoras e educadores a pensar qual o tipo de escola deseja-se construir. Uma escola que pretende ser plural e justa requer um “projeto político pedagógico” robusto, intervindo continuamente na inclusão da diversidade, a partir de pesquisas, rodas de conversa, mediação de conflitos e um amplo debate.

Por fim, a grande contribuição da obra é oferecer uma linguagem inteligível para qualquer pessoa, nas diversas possibilidades de atuação profissional e independente de repertório sobre estudos de gênero e sexualidade. Para reduzir os impactos do preconceito, da discriminação e da exclusão social, a transformação precisa partir da escola, atravessar a família e atingir todo o tecido social. Os caminhos possíveis estão muito bem traçados em “Diferentes, não desiguais”.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis brasileiras e transexuais em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antra-brasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: jul. 2021.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Reviravolta, 2016.

PAOLETTI, Jo B. **Pink and Blue: telling the girls from the boys in America**. Indianapólis: Indiana University Press, 2012. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Pink_and_Blue.html?id=HPyloreJ1jIC&redir_esc=y. Acesso em: 15 ago. 2021.